

Manter a mobilização para obrigar o governo a cumprir o acordo

# Jornal do SINSPREV

Ano 15 - Setembro de 2005 - nº 222

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DE S. PAULO

FILIADO À FENASPS E CNTSS/CUT

## Nossa greve foi forte e corajosa, mas o cumprimento do acordo exigirá nossa organização e resistência

Diante da intransigência do governo, que, mesmo em meio a uma enorme crise política, tratou a greve com dureza e desrespeito, a Plenária Nacional orientou a suspensão do movimento por entender que as negociações chegaram a um impasse após 76 dias de greve - Leia mais no verso



Manuel Messina

Ocupação da Superintendência em 28 de julho



Manuel Messina

Manifestação na 9 de Julho, em 12 de agosto

*A suspensão de nossa greve foi uma decisão que causou polêmica nos estados, gerando protestos dos trabalhadores que não concordaram com os termos impostos pelo governo para negociar os dias parados da greve.*

As conquistas econômicas ficaram muito longe de serem atendidas. Mas, conseguimos, finalmente, negociar o pagamento do PCCS para os servidores da Saúde. Infelizmente, o pagamento ficou definido para um prazo muito longo. São 47,11% em 6 anos, a começar de 2006. O pagamento das parcelas finais será feito em 2011.

O reconhecimento do PCCS é muito importante para garantir as ações judiciais em andamento. É por isso que nos estados em que os servidores do Ministério da Saúde já recebem o PCCS, a ameaça de retirada do abono foi afastada.

Também conseguimos definir um ca-

lendário de reestruturação da carreira do INSS, com início em outubro de 2005, e término em junho de 2006, com efeitos financeiros para 2007.

É verdade que não houve qualquer avanço na questão salarial para 2005. No INSS, temas importantes como os 47,11% dos técnicos, piso salarial, entre outros, também não tiveram solução imediata e serão discutidos na reestruturação da carreira.

Outro problema grave foram os acréscimos pouco significativos nas gratificações fixa e de desempenho, sendo que para os aposentados os valores serão inferiores.

Também é importante destacar o re-

cuo do governo no desconto dos dias parados. O governo se recusou a devolver o dinheiro em folha suplementar do mês de agosto, acumulando o desconto junto com a folha normal, paga no início de setembro. Isso provocou um enorme desconto do Imposto de Renda.

Nesta greve não conseguimos quebrar a lógica imposta em 2001 quando o governo impôs gratificações diferenciadas entre ativos e aposentados. Também não conseguimos romper com a lógica que permite ao governo beneficiar categorias de seu interesse e congelar categorias inteiras que não sejam consideradas estratégicas. Exatamente aquelas que prestam serviço essencial à população.

### Cronograma para o 9º Congresso do SINSPREV

- Até 05/10: Entrega de teses.
- De 06 a 22/10: Eleição de Delegados.
- De 27 a 30/10: Congresso.
- De 08 a 10/12: Eleição
- 16/12: Posse da Diretoria Eleita.

# Assembléia Estadual

Dia 6 de setembro - 18 h - No Sindicato

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a MP 258, da "Super-Receita"  
Dia 06/09 - 17h

## Veja abaixo o que foi negociado e o governo não está cumprindo

Os termos abaixo foram discutidos no final de nossa greve. Na verdade, essa proposta foi uma imposição do governo. Mas, diante da situação de grave crise política do País, a categoria optou por suspender a greve. Apesar disso, o termo de acordo ainda não foi assinado e está havendo muita perseguição e terrorismo nos locais de trabalho. Os dias descontados foram pagos junto com o salário de agosto, provocando um enorme desconto do imposto de renda. Há servidores cujo desconto é equivalente à GESS, que deverá ser paga no ano que vem. No ministério da Saúde, em alguns estados não está sendo devolvido o dinheiro descontado durante a greve. Ou seja, somente nós estamos cumprindo o acordo. O governo não cumpre e ainda está punindo.

### INSS

- Destinados recursos no valor de R\$ 86 milhões para o aumento da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), que é uma gratificação de desempenho. Ficam mantidos os 60 pontos para os servidores ativos e 30 pontos para os aposentados e pensionistas. Mais R\$ 54 milhões para o aumento do valor da Gratificação Específica do Seguro Social (GESS).

**Tudo isso a partir de janeiro de 2006.** O valor que será destinado a cada referência depende de uma tabela que será apresentada às entidades nacionais.

- Grupo de Trabalho formado por representantes do Ministério da Previdência, Fenasps e CNTSS, para discutir

problemas como concurso público, saúde do trabalhador, qualificação, informatização, sistematização e organização da legislação utilizada pelos servidores do INSS.

Reestruturação da carreira a partir de cronograma com início em outubro/2005 e final em junho/2006, podendo ser estendido por mais 30 dias;

Os efeitos financeiros referentes à implantação da nova carreira ocorrerão a partir de 2007.

Imediata devolução dos descontos dos dias parados. Também não ocorrerão quaisquer tipos de punições ou discriminações aos servidores em função da participação no movimento grevista.

### Saúde

Pagamento dos 47,11% referentes ao PCCS, em 12 parcelas e em 6 anos, da seguinte forma:

- 1ª parcela (mar/2006) 3%
- 2ª parcela (dez/2006) 6,23%
- 3ª parcela (mar/2007) 4,30%
- 4ª parcela (dez/2007) 4,13%
- 5ª parcela (mar/2008) 3,97%
- 6ª parcela (dez/2008) 3,81%
- 7ª parcela (mar/2009) 2,94%
- 8ª parcela (dez/2009) 2,86%
- 9ª parcela (mar/2010) 2,77%
- 10ª parcela (dez/2010) 2,7%
- 11ª parcela (mar/2011) 1,32%
- 12ª parcela (mar/2011) 1,29%

Formação de um Grupo de Trabalho, no prazo de 30 dias, após a assinatura do termo, para discutir diversas questões de interesses da categoria como: pagamento de ações judiciais pendentes (PCCS, 3,17%, 28,86%, anuênios, adicional de insalubridade), entre outras e elaborar um cronograma de pagamento.

O GT também terá o objetivo de identificar servidores que sofreram punições e/ou descontos de salários nas greves de 2003 e 2004, propor minuta para reverter a situação.

## Servidores estão sofrendo perseguição

**Cada um conhece a chefia que tem. Portanto, sabe que certas chefias quando têm qualquer instrumento na mão que lhe garanta exigir mais trabalho dos trabalhadores agem como antigos capatazes. Só faltam andar com chicote na mão. Todos e todas são bem conhecidos dos trabalhadores.**

**A conjuntura nos obrigou a um acordo para garantir o pagamento dos dias parados, mas não significa que voltamos de cabeça baixa. Não estamos dispostos a nos submeter ao desrespeito e a hipocrisia dos chefes de plantão.**

**A exigência do governo não deixa dúvidas: 2 horas a mais para repor metade da jornada da greve e a outra metade em serviço. Três sábados e nada mais. Dissemos ao governo que seria pior desta forma. Que temos experiência e responsabilidade suficiente para repor o serviço acumulado com a greve. Mas, o governo resolveu fazer do jeito dele. O resultado tem sido muita confusão, pretextos para punições e abertura inútil de postos aos sábados.**

**Portanto, nem um minuto a mais. Não aceitamos pressão e ameaça!**

## Aumento temporário do desconto da mensalidade do Sindicato

Nossa greve durou quase 80 dias. Foram necessárias mobilizações nos locais de trabalho, manifestações na capital e em Brasília. Além disso, as negociações são feitas em Brasília, sendo necessário organizar caravanas e plenárias para garantir o deslocamento e manutenção de representantes do Estado no Comando Nacional de Greve durante todo o período de greve.

As despesas de uma greve ultrapassam em muito a capacidade financeira do Sindicato.

A Assembléia Estadual do dia 17 de junho aprovou o aumento da contribuição de todos os associados para fazer frente a estas necessidades. Ocorre que o desconto não foi efetuado nos meses de junho e julho, ficando acumulados para os

pagamentos de agosto e setembro.

Os trabalhadores que tiveram o desconto de salário devido à greve estão recebendo a reposição desses dias no mês de agosto. Desta forma, houve um acúmulo do desconto da mensalidade do Sindicato nestes dois meses.

Além disso, muitos servidores terão desconto do Imposto de Renda.

Tudo isso só está acontecendo porque o governo está descumprindo o acordo de greve. O que ficou acertado foi o pagamento dos salários em folha complementar.

O Comando de Mobilização e a Assembléia do dia 6 vão discutir essa situação. Principalmente, em relação a quem teve desconto de Imposto de Renda.